

# Política

—CONSTITUINTE—

Em seu pronunciamento à Nação, o presidente falou por 29 minutos, chamando a atenção dos constituintes para a gravidade do momento e a necessidade de mudanças no projeto, sob pena de o País se tornar "ingovernável".

# O alerta de Sarney

## Estes, contra o alerta.

Entre os parlamentares predominam as opiniões em defesa da soberania da Constituinte. O senador Jarbas Passafiume, presidente do PDS, sem querer discutir o mérito do conteúdo do discurso de Sarney, afirmou que o presidente "não pode pretender submeter a Constituinte, até porque a convocou e lhe deu caráter de soberania".



dos e municípios acham que ganharam pouco", disse. "Este homem está querendo desviar a atenção do País", afirmou o senador José Richa (PSDB-PR), concordando em que há erros no projeto de Constituição, mas perguntando: "Agora que ele (Sarney) acordou? Onde ele esteve durante este ano e meio de Constituinte? Ele estava empenhado em seu mandato?", respondeu.

O relator Bernardo Cabral, avaliou que "dizer que a futura recessão econômica e a permanente instabilidade política podem ser debilitadas à Constituinte é esquecer que já estamos na primeira e que da segunda estamos procurando sair há mais de 20 anos".

O deputado Francisco Dorneles (PFL-MG) atribuiu a "um ponto de vista pessoal" as críticas de Sarney à reforma tributária: "Se a União acha que perdeu muito, Esta-

## Estes, a favor do alerta.

O governador do Maranhão apoiou a decisão do presidente Sarney de defender, em público, as mudanças consideradas essenciais pelo governo no projeto constitucional. Para Epitácio Cafeteira, Sarney deveria mesmo ter sido mais enfático em seu pronunciamento de ontem em cadeia de rádio e tevê, sem temer o confronto com a Constituinte.



E agora o governo dele consegue ser pior que o governo da Paraíba", disse. Já o líder do governo na Constituinte, Carlos Sant'Anna, explicou que até hoje o governo foi impedido de se pronunciar, sob a ameaça do encurtamento do mandato se interferisse na Constituinte. Mesmo assim, a manifestação do presidente não é tardia: "Tem-se de entender que o segundo turno é de rescisão, não de homologação", disse, defendendo a utilização dos DVS — desta que para votação em separado. "Não há nada em contrário. Mas Ulysses decidiu que não cabe e pronto. Decidiu na base do 'fi-lo porque qui-lo'. E não há recurso", ironizou.

Para ele, se o projeto for aprovado como está, Sarney deveria renunciar: "Era só sair e deixar para o doutor Ulysses. Se ele acha que do jeito que está não leva o País a uma situação ingovernável, pois então que viesse ele governar". Segundo Cafeteira, Sarney errou ao lutar pelos cinco anos de mandato: "Eu teria ficado com os quatro e me desincumbido logo disso. Meu Deus do céu, ele foi um bom governador do Maranhão.

O governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, mesmo defendendo a Constituinte, achou positivo o pronunciamento do presidente e apoiou a negociação. O presidente em exercício da Federação das Indústrias de Minas Gerais, José Alencar Gomes da Silva, também defendeu a retirada dos pontos lesivos à Nação. E disse preferir que se "zere" a Constituinte ou mesmo a volta dos militares "a deixar que o Brasil fique inviável" com a nova Constituição.



Sarney explicou o...



Ulysses se acalmou.

## O confronto, por um triz.

"Sarney, se eu fosse você, se estivesse sentado nesta cadeira, não faria o que você vai fazer, não faria isso." Assim o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, falou ontem por volta do meio-dia com o presidente da República pelo telefone, quando Sarney informava a Ulysses sobre o tom do pronunciamento que faria à noite em cadeia nacional de rádio e tevê.

Neste momento, o confronto Sarney-Ulysses parecia inevitável, com o presidente da Constituinte e do PMDB telefonando para vários parlamentares, pressionando-os a acelerarem os entendimentos para que pudesse haver votação logo. Ulysses aceitou, no entanto, as ponderações dos líderes do PMDB de que seria arriscado colocar o projeto em votação com apenas 400 parlamentares em Brasília, e a votação ficou para hoje.

Apesar disso, o confronto Sarney-Ulysses pareceu inevitável, com o presidente da Constituinte e do PMDB telefonando para vários parlamentares, pressionando-os a acelerarem os entendimentos para que pudesse haver votação logo. Ulysses aceitou, no entanto, as ponderações dos líderes do PMDB de que seria arriscado colocar o projeto em votação com apenas 400 parlamentares em Brasília, e a votação ficou para hoje.

Por outro lado, no Congresso, constituintes ligados a Ulysses Guimarães não atacavam dizendo que "o presidente Sarney quer enfiar campanhas para a sucessão presidencial e precisa de verbas, da União ou de outras fontes, como os empresários, a quem precisa

agradar". Mas, no final da tarde, esses políticos estavam até satisfeitos com a crise, dizendo que o governo e o Centrão, com sua tentativa de zerar a Constituinte, acabaram por "fortalecer o senhor Constituinte, o sr. transição e o PMDB".

Ontem à tarde, o líder do governo Carlos Sant'Anna levou ao presidente da Constituinte os pontos que o governo considera onerosos e tornam o País ingovernável: turno de 6 horas, anistia fiscal e aos microempresários, fim do decreto-lei, censura a ministros, proibição aos contratos de risco, voto aos 16 anos, acompanhamento pelo Congresso da execução da proposta orçamentária, adicional de 5% do imposto de Renda para os Estados, transferência para os Estados de 20% dos impostos que a União instituir no exercício, tabelamento dos juros em 12%, destinação do PIS para o seguro-desemprego e os itens referentes à aposentadoria.

Sant'Anna reclamou contra o "autoritarismo" de Ulysses Guimarães por ter "decidido sozinho" sobre a não aceitação do DVS para o segundo turno. Disse que vai questionar a decisão do presidente da Constituinte, embora saiba que a causa está perdida.

Ulysses também foi criticado pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, que teria expedido normas "erradas e cheias de equívocos" sobre as votações em segundo turno, segundo informou um parlamentar ligado ao governo. Em função dessa visão, Saulo Ramos preparou um roteiro detalhado para orientar os parlamentares aliados do governo na defesa dos pontos que interessa suprimir da Constituição.

O presidente José Sarney gastou exatos 29 minutos em cadeia nacional de rádio e televisão para "dividir responsabilidades com a Nação" e alertou aos 559 constituintes que o texto constitucional aprovado em primeiro turno pela Assembleia Nacional Constituinte tornará o País "ingovernável", se não for corrigido. "A Constituição não é de um partido. Não pode ser de uma facção", resumiu ao final de seu pronunciamento de 11 laudas, que contou com o estilo do ex-ministro da Comunicação Social do governo Figueiredo, Saíd Farhat.

Sarney apresentou os números contabilizados pela Secretaria de Planejamento e ministérios da Fazenda e Previdência Social que incidirão sobre o orçamento geral da União, imediatamente, caso seja aprovada o texto aprovado em primeiro turno: serão 2,2 trilhões de cruzados, algo em torno de 12,6 bilhões de dólares. Mas não soube precisar em quanto aumentará a despesa pública com o atual projeto constitucional: "Sinceramente, tenho que responder que o valor é incalculável", afirmou. Mas diz que sabe quem pagará a conta: "O povo".

Sarney criticou o direito de greve irrestrito, o perdão das dívidas aos pequenos, micro e médios empresários e produtores rurais, a transferência de recursos do Finsocial para a Previdência e a possibilidade de os Estados criarem um imposto de renda adicional. No pronunciamento, embora reconheça que algumas conquistas sociais são necessárias, o presidente da República apontou a classe média e os 30 milhões de brasileiros que vivem na pobreza absoluta como os mais prejudicados com o texto aprovado.

Ele lamentou, ainda, que já no próximo ano, o último de seu mandato de cinco anos, a União perderá 20% de sua receita. Minucioso na contabilidade, o presidente informou à Nação e aos constituintes que a Previdência arcará com pelo menos 1 trilhão de cruzados (cerca de 5,6 bilhões de dólares) com os benefícios concedidos e, no próximo ano, terá um déficit da ordem de 630 bilhões de cruzados — 3,5 bilhões de dólares. Sarney não concordou com a proposta da Constituinte de que recursos do Finsocial sejam transferidos para o Sistema Previdenciário Nacional para arcar com os novos benefícios. "Será uma tragédia porque atingem aos que mais precisam", ponderou.

Nas contas dos ministros de José Sarney há um outro número alarmante: se no segundo turno for confirmada a anistia fiscal de débitos com as fazendas municipal, estadual e federal, o Tesouro Nacional perderá 920 bilhões de cruzados, cerca de 5 bilhões de dólares.

# "Quem pagaria esta conta? O povo, somente o povo."

Esta é a íntegra do pronunciamento do presidente José Sarney, ontem à noite: "Brasileiras e brasileiros, boa noite! Mais uma vez venho dividir responsabilidades com a Nação. Venho falar sobre a futura Constituição do Brasil. É este momento exato, porque hoje se iniciou o processo de votação do segundo turno. O projeto está, agora, livre das pressões e das circunstâncias. Pode ser repensado e pode ser aprimorado. Este pensamento também é de todos os constituintes, pois eles apresentaram 1.800 emendas, o que mostra que não estão satisfeitos com a redação atual do projeto.



por fim, o dobro do déficit orçamentário da União este ano. A situação da seguridade social é igualmente difícil, muitos dos seus gastos não podem ser avaliados. Mas, a parte calculável permite estimar custos adicionais da Previdência em mais de um trilhão de cruzados por ano (5,6 bilhões de dólares).

Já em 1980, com a entrada em vigor dos novos benefícios, a Previdência arcará com o déficit da ordem de 630 bilhões de cruzados, ou 3,5 bilhões de dólares.

E, ainda mais, nós não poderemos quantificar o seguinte: equivalência de benefícios urbanos e rurais; antecipação da idade limite para aposentadoria dos trabalhadores rurais; aposentadoria proporcional das mulheres aos 25 anos de atividade profissional; pensão ao marido ou companheiro pela morte da segurada; a reformulação do cálculo do valor das aposentadorias, tomando-se por base a média dos 36 últimos salários de contribuição; concessão do seguro-desemprego com piso equivalente a um salário mínimo, garantida a preservação do seu valor real; ajuda para a manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda. A Constituinte manda incorporar aos recursos previdenciários a arrecadação do Finsocial, retirando recursos da merenda escolar, da distribuição gratuita de leite, dos programas habitacionais para pessoas de baixa renda; e do financiamento ao pequeno produtor rural.

Estes programas terão que ser drasticamente reduzidos, cancelados, e será uma tragédia porque atingem os que mais precisam. Repito que é meu dever de presidente da República pedir a atenção dos senhores constituintes para estas considerações.

Eu não estou pensando no meu governo. Ele será o menos atingido. O que eu estou pensando é no País, no futuro, nas dificuldades dos governos futuros, que não terão condição nenhuma de conduzir esta grande nação, como nós desejamos que ela seja conduzida.

Como presidente, eu tenho de visualizar o que é permanente, não o que é transitório. Tenho que enxergar além do meu mandato e tenho que evitar, na trajetória, que se instalem caminhos inviáveis, inconvenientes ao interesse nacional.

Refiro-me, particularmente, à brutal explosão de gastos públicos decorrentes de benefícios desejáveis, que todos nós desejamos atender, mas que infelizmente não temos como atender. Como pagar contas astronômicas sem asfixiar os contribuintes, sem inviabilizar nosso crescimento, sem suprimir empregos, sem conviver com uma superinflação?

O governo tem três pontos de recursos: as emissões, os impostos e os títulos que lança pedindo dinheiro emprestado do público. São estas as três fontes. E nestas três fontes nós não fazemos milagres, porque elas são limitadas.

Orgulho-me da liberdade em que vivemos. E sei o que custou de esforços e obstinação do governo e do povo o crescimento econômico de 21,7% reais que obtivemos nos três primeiros

anos de meu mandato. As consequências que identificamos desembocam inexoravelmente no arrocho do contribuinte, no desemprego, na escalada do déficit público, na hiperinflação, na inviabilidade dos programas sociais, no descrédito no Exterior, no estrangulamento dos investimentos internos e externos, na recessão econômica e na permanente instabilidade política e institucional.

E representa mais ainda, o que é mais grave, uma grande frustração nacional daqueles que pensaram que receberiam benefícios e que não os vão receber, porque o Estado não terá condições de atendê-los. Quanto aumentará a despesa pública se fosse promulgado, tal como está, o atual projeto de Constituição?

Esta é uma pergunta que eu faço a todos os brasileiros e a todas as brasileiras.

Sinceramente, tenho que responder que o valor é incalculável. Não há como estimar imediatamente o impacto da maioria das regras que criam o aumento dos gastos. Faltam informações fundamentais que dependem de reações da sociedade aos preceitos, de interpretações múltiplas, ou de dados adicionais relacionados com a futura legislação complementar.

Mas a avaliação de apenas alguns impactos mensuráveis basta para demonstrar o desequilíbrio econômico-financeiro a que chegaríamos.

E quem pagaria esta conta? Quem pagaria esta conta?

O povo. Somente o povo. Pois é a sociedade, direta ou indiretamente, a única fonte de recursos públicos. Além de novos tributos necessários para cobrir as despesas que estão sendo criadas, nós teríamos que sobrecarregar as famílias e as empresas com outras medidas fiscais.

Por exemplo: o artigo 161 dá competência aos Estados para criar um imposto adicional de renda. Nós já temos uma carga muito grande de imposto de Renda. Pois ainda os Estados terão competência de criar mais um acréscimo no imposto de Renda que já é pago pelo povo. O mesmo artigo também permite a incidência de imposto de Circulação de Mercadorias, o ICM, sobre a exportação de produtos semi-elaborados.

O artigo 162 prescreve mais tributação sobre a venda de combustíveis a varejo.

Essas medidas oneram os contribuintes e permitem o reinício de uma guerra fiscal entre os Estados.

O ICM, na exportação, interfere nos acordos entre o Brasil e outros países, introduz novas perturbações no comércio e nas relações internacionais, além de prejudicar a competitividade dos produtos brasileiros.

Com a tributação municipal de combustíveis, cai por terra a política de uniformidade de preços em todo o País.

O PIS/Pasep, que é, por definição, um patrimônio dos servidores públicos e privados, ele, ao ser aplicado em outros fins, toma a renda e diminui o patrimônio dos trabalhadores.

Quatro artigos das Disposições Transitórias — 22, 24, 25 e 26 — conferem estabilidade e privilégios a determinados grupos, além de um forte impacto, incalculável também, sobre os cofres governamentais. Cria verdeleiras castas no serviço público, ao arripio das melhores práticas administrativas.

O artigo 23, também das Disposições Transitórias, permite a passagem do servidor para a inatividade de acordo com leis há muito tempo revogadas. Vai desorganizar o serviço civil e militar, na medida que determinará, inclusive, a promoção de centenas de marechais, posto extinto nas Forças Armadas há mais de 20 anos. Além de discriminatório, ele acarretaria uma explosão de gastos.

Se essas medidas forem aprovadas, ficarão inviabilizadas de forma definitiva as revisões que pretendemos fazer em benefício dos servidores civis e militares.

O artigo 29 cancela, na prática, o poder regulamentar das autoridades administrativas, o que se traduzirá na imobilização do serviço público

em prejuízo de todos quanto tenham assuntos a tratar no governo, tributos a pagar, bens e direitos a discutir à luz da legislação frequentemente genérica.

Mas, o mesmo artigo vai mais longe. Revoga todos os decretos-leis não apreciados pelo Congresso Nacional. E temos centenas deles. Sabemos que tivemos de usar esse instrumento no período da Constituinte, porque a Câmara e o Senado não estavam no seu funcionamento normal. Sem levar em conta que esses atos legítimos sobre a Constituição em vigor criaram relações jurídicas, inovaram a legislação e deram ensejo a atos perfeitos e acabados.

A desordem jurídica que seria implantada com o caos do desaparecimento de todos esses decretos-leis será suficiente para alimentar pendências judiciais durante anos e anos. Ficaríamos especialmente prejudicados os trabalhadores, as empresas e o setor público.

O artigo que anistia o micro e pequenos empresários é medida socialmente injusta, contra a qual já se manifestaram diferentes segmentos da sociedade.

Inclusive, não devemos esquecer o micro e pequenos empresários que, com sacrifício, honraram suas obrigações — e foram muitos.

O direito de greve, como está redigido, é contra o trabalhador. Contra o trabalhador porque permite a greve política, desvirtuando a força da greve como instrumento de defesa dos direitos do trabalho. E, mais ainda, estende esses direitos aos funcionários públicos sem excepcionar os serviços essenciais. Cria uma classe de privilegiados que pode deixar o povo sem energia, sem água, sem transporte e sem saúde, sem comunicação, embora sejam impostos pagos pelo povo.

Cito ainda a anistia fiscal (art. 54) das disposições transitórias, que perdoo débitos com as fazendas federal, estaduais e municipais. Além de injúria com os contribuintes que pagaram, produzirá um impacto estimado em até 920 bilhões de cruzados, ou seja, cinco bilhões de dólares, somente ao Tesouro Nacional. Brasileiras e brasileiros.

A Constituição não é um fim em si mesma. Por melhor que seja, cumpre fazer dela uma ferramenta do progresso econômico, do desenvolvimento social e uma norma de um bom convívio. Ela, sem dúvida, sinalizará para cada um de nós o tipo de país que seremos; como se processarão as relações de pessoa a pessoa; como evoluirá a economia; de que modo e com que filosofia e propósito haverá o Brasil de inserir-se na vida internacional.

Sem revisão profunda, o Brasil resultaria do projeto, como ele se encontra, seria uma subpotência incapaz de representar-se e defender-se. O país do que poderia ter sido e que não foi. Eternamente promissor, mas sem precedentes e, portanto, sem futuro.

Mas não é este o Brasil desejado pelos constituintes.

Antigo parlamentar, sempre parlamentar, sei que meus colegas de 1987 e 1988 saberão encontrar as fórmulas para neste segundo turno corrigir o que precisa ser retirado do texto constitucional.

Como eu disse, eles são os primeiros que não estão satisfeitos com esse texto. Apresentaram 1.800 emendas, para modificá-lo.

A Constituinte tem que ser um instrumento consensual. Um ponto de união. Um instrumento de mobilização e de unidade do País. E não uma fonte de contestação e ao mesmo tempo um instrumento que possa servir para dividir e não para somar.

E não penso apenas nos pontos de interesse da administração. O Brasil corre também o risco de tornar-se ingovernável nas empresas, nas relações de trabalho, nas famílias e na sociedade.

E o caminho do Brasil é o da abertura, da liberdade de iniciativa, do estímulo ao trabalho e à produtividade. O trabalho gerado aqui. Dos bens e serviços aqui produzidos, seja por quem

for, aqui mesmo eles criam empregos e salários, impostos e contribuições sociais.

O Brasil é um país adulto. Nossa leis são bastantes e o Estado plenamente capaz de utilizá-las com firmeza e oportunidade para defender nossos interesses.

Não combatemos os benefícios consagrados no projeto. Ao contrário, vejo, e vejo com grande satisfação, os avanços sociais, os direitos sociais tão necessários num país que ainda tem uma economia de baixos salários e que precisa cada vez mais progredir para dar ao trabalhador condições de vida digna. O essencial é saber encontrar recursos para efetivar o bem-estar social. E esses recursos só podem vir através de investimentos, através do trabalho, porque o progresso começa dentro de cada um de nós e é fruto do trabalho.

O Estado não cria recursos. Ele apenas os administra. Mas se sufocamos os trabalhadores e a classe média, e se impedimos as empresas de ter lucros, quem sobrará para pagar impostos? A classe média, vítima de impostos confiscatórios dos salários, pouco poderá comprar além dos suprimentos das necessidades básicas.

Por isso, eu reafirmo: a Constituição não pode ser a chave de frustração para 30 milhões de brasileiros que vivem na pobreza absoluta. Muitas categorias podem julgar-se afortunadas na Constituição, mas no fim não terão condições de receber o que lhes prometeram.

O Brasil precisa, mais do que nunca, de recursos para ajudar os que nada têm. Os que não têm nem emprego. Os que não têm aposentadoria.

Como não podemos retirar merenda, alimentação, remédios dos mais pobres?

Tenho absoluta certeza que não é este o objetivo dos constituintes.

Por isso eu me dispus a esclarecer as consequências de muitos artigos que agora podem ser modificados. Brasileiras e brasileiros.

Ao fazer estas considerações eu devo repetir: não estou pensando no meu governo.

Como eu já disse, eu serei o menos atingido.

Mas estou pensando nos outros governos e no futuro do nosso país.

Por isso, eu digo com convicção que eu confio nos constituintes.

O sentido deste pronunciamento é dar a eles e à Nação a visão das dificuldades de quem governa. É uma posição construtiva de um país democrático em que o presidente divide responsabilidades, dialoga com o povo, fala aos representantes do povo, procurando, acima das barreiras partidárias, acima das divergências, e com um alto sentimento dos grandes destinos nacionais, convidar todos a fazermos um trabalho definitivo, um trabalho que possa servir ao presente e às gerações futuras.

Esta é a minha visão. A visão de quem terá que cumprir o texto constitucional.

Correspondo à minha obrigação de dizer ao povo, portanto, que nós não devemos esperar que aconteça um sonho irrealizável.

Não desejo, amanhã, ser acusado de ter faltado com a palavra de alerta no momento oportuno. Nem que por falta dela venha a pesar sobre o governo o ônus da insatisfação de desejos e de aspirações inatingíveis.

A Constituição deve servir ao Brasil, a 140 milhões de brasileiros de todas as latitudes.

Na diversidade de seus modos de ser, na pluralidade de seu pensamento político, que se completam na unidade das suas aspirações de bem-estar.